Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

3. ENERGIA ELÉTRICA, ENERGIA ATÔMICA, INVESTIMENTOS

TEREZINA, 29 DE MAIO DE 1965.

AO INICIAR-SE A OBRA DO DESVIO DO RIO PARNAÍBA, PARA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DA BOA ESPERANÇA.

Dificilmente o exercício da Presidência da República poderá proporcionar-me oportunidade mais grata do que esta de agora. Vinculado ao povo desta região, conhecedor de seus sofrimentos, da sua energia e da sua capacidade de realização em meio às extraordinárias dificuldades que se habituou a enfrentar, constitui para mim feliz circunstância esta de poder contribuir para obra capaz de mudar profundamente a fisionomia econômica de vasta área do Piauí e do Maranhão e, no futuro, também do norte do Ceará.

Foi, aliás, pelo conhecimento do que significará para população superior a um milhão, e ainda hoje considerada a mais empobrecida do País, que determinei as providências que tiveram como conseqüência notável aceleramento dos trabalhos e deverão prosseguir no mesmo ritmo e com o mesmo vigor. Possìvelmente, não seria necessário dizer-vos o que representa a barragem que tão apropriadamente se denomina de Boa Esperança. Contudo, não há mal que lembre não se limitar a sua finalidade apenas ao fornecimento de energia elétrica. Ao lado dêsse aspecto, por certo o mais importante, há ainda a considerar que a obra, que vemos neste momento, também servirá para a irrigação de largos tratos de terra, ao mesmo tempo em que, nas épocas de chuva, controlará as enchentes, melhorando as condições de navegabilidade do Parnaíba. O que bem explica e justifica tenha o Govêrno Federal resolvido levar a cabo um investimento que, na base do orçamento

de 1964, montará a mais de quarenta bilhões de cruzeiros e sete milhões de dólares.

Planejada para ser efetuada em duas etapas, a conclusão da primeira, prevista para o ano próximo, entregará ao consumo 100 mil quilowatts, que as estimativas consideram suficientes para atender à região até 1975. Posteriormente, ao ser completado o projeto, dever-se-á dispor de cêrca de 300 mil quilowatts. De singular importância, a Barragem da Boa Esperança tem para a zona a que servirá significação igual à de Paulo Afonso para o Nordeste.

Para concluir em tempo apreciável obra de tal porte, foi mister conjugar os recursos de vários setores governamentais, que se uniram no mesmo patriótico objetivo. Assim é que a Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, a cujo cargo estão os trabalhos de construção e distribuição, representa uma sociedade de economia mista sob o contrôle da União e cujos recursos provêm do Ministério das Minas e Energia, no qual se compreende a ELETROBRÁS, do Ministério da Coordenação dos Organismos Regionais, que tem a seu cargo a SUDENE; e do Ministério da Viação, através da contribuição do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

É, pois, graças a uma notável soma de esforços que veremos dentro de algum tempo a energia aqui produzida ser utilizada em Teresina, em São Luís, em Bacabal e em Campo Maior, levando a cada um dêsses centros, maiores ou menores, novas e admiráveis possibilidades de desenvolvimento, mediante o advento da industrialização, sòmente possível com a presença dêsse nôvo fator.

Deve, porém, ser acentuado que ao celebrar êste memorável acontecimento, prova eloqüente do que pode ser feito com a escolha de técnicos capazes e administradores dedicados, uns e outros livres das terríveis injunções da política quando mal compreendida e ainda pior praticada, o Govêrno não se afasta da orientação de estimular a iniciativa privada, base das instituições democráticas.

É lamentável verificar que o pêndulo da paixão política continua a oscilar de uma extremidade a outra, sem se deter na análise objetiva dos fatos e das realizações do Govêrno.

Antes haviam dito que a ação governamental pretende deliberadamente enfraquecer as emprêsas estatais com o objetivo de passar o seu contrôle para o setor privado e, até mesmo, para as mãos estrangeiras.

Contraditòriamente, afirma-se agora que o Programa de Ação Econômica destina-se a aumentar o grau de estatização da economia brasileira, já demasiado elevado e gerador da inflação.

É fácil identificar o rendimento político visado por uma e outra dessas acusações, mas o Govêrno não permitirá que a orientação em problemas pertinentes à segurança e o bem-estar do povo brasileiro se decida ao arrepio do primeiro grito com que se pretende assustar alguns e comprometer outros.

Uma e outra das alegações não têm fundamento. Ao contrário do que se diz, o processo inflacionário é o responsável pela ampliação da atividade do Estado em detrimento da iniciativa privada. Empreendimentos como o da COSIPA e o da USIMINAS, por exemplo, foram concebidos como cabendo à iniciativa privada, mas a inflação progressiva obrigou o Estado a arcar cada vez mais com a responsabilidade da sua realização, porque a inflação retirava as possibilidades da iniciativa privada em tão vultosos investimentos. Na realidade o processo inflacionário impede o cálculo adequado dos custos, obrigando as emprêsas privadas a se concentrarem apenas em investimentos de rentabilidade a curto prazo e alijando-as dos investimentos de longa maturação.

O Govêrno está consciente de que o revigoramento da iniciativa privada só se poderá fazer à medida em que se cure a inflação e se assegure um grau mínimo de estabilização, que torne possível sua participação nos investimentos de longo fôlego.

À proporção em que fôr detido o processo inflacionário, assumirá a iniciativa privada o papel que lhe compete no processo de desenvolvimento econômico e se restringirá a ação do Estado aos setores que lhe são apropriados. O Govêrno está consciente de que esta intervenção do Estado se deve limitar aos casos em que se faz necessária a ação reguladora de custos e preços, ou quando a excessiva dimensão dos investimentos e o longo prazo da matu-

ração tornam impraticável a participação privada, ou ainda nos casos ditados pela segurança nacional.

Dentro dêsses limites precisos de coexistência da ação do Estado e da livre emprêsa, o Govêrno não hesitará em levar avante todos os empreendimentos que lhe caibam, pois está certo de que não será fugindo às responsabilidades desta natureza que conseguirá reorientar a economia brasileira no sentido da predominância da livre iniciativa. Se há um propósito firme de não deixar o Estado intervir senão onde se torne impossível ou desaconselhável a participação do setor privado, há também, mais firme ainda, o propósito de restabelecer condições que assegurem ao empresariado brasileiro recursos e recompensas que o estimulem a promover o desenvolvimento do País, sem deixar ao Estado a obrigação de substituí-lo. É êste, precisamente, o sentido maior do combate à inflação, pois a deterioração do valor da moeda, destruindo o capital de giro das emprêsas e tornando temerários os investimentos que exigissem longa maturação e rentabilidade, inibiu a ação empresarial e levou o Estado a certas faixas de atividades econômicas do País.

Não aspira o Govêrno à ampliação da ação estatal na economia brasileira, pois sabe o que significam os perigos da ineficiência, da deturpação política e da excessiva concentração do poder deliberativo nas mãos do Estado. À medida em que fôr debelada a inflação, será possível restituir à livre iniciativa setores que não se integrarem nos requisitos já citados de intervenção do Estado, ao mesmo tempo em que, respeitados tais requisitos, se procurará desde já estimular a iniciativa privada a investimentos em novos setores.

Ainda agora, resguardado o monopólio da PETROBRÁS e cercando-se das garantias necessárias, o Conselho Nacional do Petróleo fixou a política no setor da petroquímica, inclusive fertilizantes. E a emprêsa privada terá não apenas condições, mas estímulos a empreendimentos imprescindíveis ao desenvolvimento econômico do País, corrigindo o atraso que nos separa mesmo em relação a países vizinhos que estão avançando ràpidamente nesse setor.

Assim, os que criticam a exagerada estatização brasileira, herança de governos anteriores, devem distinguir entre o que compete inevitàvelmente à ação governamental e o que deve ser confiado aos empresários particulares. E ainda mais: precisam saber que inúmeras emprêsas errôneamente confiadas ao Govêrno não oferecem, no momento, e justamente pelos desmandos em que se encontravam, condições que permitam transferí-las normalmente à responsabilidade de capitais privados.

Em verdade, dentro do próprio programa que se traçou e externou na Mensagem apresentada no início dos trabalhos legislativos dêste ano, a ação do Govêrno desdobra-se em duas tarefas precípuas: corrigir as deformações institucionais e adotar uma estratégia para a retomada do desenvolvimento. E é óbvio que Boa Esperança se enquadra dentro dessa estratégia. Nem poderia ser de outro modo se o que visa o Govêrno, com o seu programa de aumento da nossa produção de energia elétrica, é justamente assegurar meios para o desenvolvimento da iniciativa privada, que não tem condições para empreendimentos dessa natureza.

Nem é possível esquecer o baixo potencial de energia no Nordeste, que nessa deficiência tem um dos principais fatores de sua pobreza. Enquanto o consumo *per capita* no País era, em 1959, de 258 quilowatts, nesta região montava apenas a 45 quilowatts. Daí os motivos por que o Govêrno, atendendo à extraordinária demanda de energia, já cogita de medidas ao seu alcance para, no próximo triênio, aumentar de 70% a capacidade geradora atual do Nordeste. Graças a isso é que, em 1968, disporemos de eletricidade para atender a mais de 600 localidades, sem falar na eletrificação rural pròpriamente dita, e que será imediatamente considerada. E tanto essa orientação está certa que, já em 1964, o consumo *per capita* se elevou para 60 quilowatts, numa inequívoca demonstração de que no atendimento à demanda de energia temos o meio mais adequado para fortalecer a infraestrutura, que, ao lado da melhoria dos transportes, dará condições para o desenvolvimento industrial e agrícola da região.

Realmente, maximé num País em desenvolvimento, será impossível deixar de atentar para estas palavras de ilustre colaborador

do Presidente Roosevelt, por ocasião do «New Deal": "Em qualquer nação em fase de desenvolvimento, o Govêrno deve desempenhar um papel central e criticamente importante. Sòmente por meio do planejamento governamental, do capital governamental e da supervisão governamental podem ser proporcionados muitos dos instrumentos básicos necessários para pôr as coisas em movimento — e em movimento na direção certa". Nem mais nem menos do que fazemos neste momento.